

Estatuto do Conjunto CFESSxCRESS:

TÍTULO I **DA NATUREZA JURÍDICA, FINALIDADE** **E COMPETÊNCIA INSTITUCIONAL**

TÍTULO II **DA COMPOSIÇÃO, DA ORGANIZAÇÃO** **DA ESTRUTURA E COMPETÊNCIA** **DOS CONSELHOS REGIONAIS E** **FEDERAL**

Capítulo I - Da Composição

Capítulo II - Da Organização

Capítulo III - Da Estrutura dos Órgãos

Seção I - Do Órgão Deliberativo: **Encontro Nacional CFESS/CRESS**

Seção II - Do Órgão Deliberativo: **Conselho Pleno**

Seção III - Do Órgão Executivo: **Diretoria**

Seção IV - Do Órgão Fiscal: **Conselho Fiscal**

Seção V - Do Órgão de Fiscalização **Contábil, Financeiro e Administrativo:** **Comissão Especial do CFESS**

Capítulo IV - Da competência dos órgãos

Seção I - Do Conselho Federal de **Serviço Social**

Seção II - Do Encontro Nacional
CFESS / CRESS

Seção III - Conselho Pleno
Seção IV - Da Diretoria

Seção V - Do Conselho Fiscal

Seção VI - Da Comissão Especial

Seção VII - Dos Conselheiros

Subseção I - Das faltas,
impedimentos e vacância de cargos

Seção VIII - Da competência do Presidente e do Vice-presidente do CFESS e dos CRESS

Seção IX - Da Competência do 1º e
2º Secretários do CFESS e dos CRESS

Seção X - Da Competência do 1º e 2º Tesoureiros do CFESS e dos CRESS

Seção XI - Da Competência das
Comissões

**TÍTULO III
DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS
E FINANCEIROS DO CONJUNTO
CFESS / CRESS**

Capítulo I - Do Orçamento e das
Reformulações Orçamentárias

Capítulo II - Do Balancete Mensal

Capítulo III - Da Prestação de Contas

Capítulo IV - Da Contabilidade do CFESS e dos CRESS

**TÍTULO IV
DA RECEITA E DESPESA DO
CFESS E DOS CRESS**

**Capítulo I - Das Receitas do CFESS
e dos CRESS**

Seção I - Das Rendas

**Capítulo II - Das Despesas dos
Conselhos Federal e Regionais de
Serviço Social**

**Capítulo III - Do Patrimônio dos
Conselhos Federal e Regionais de
Serviço Social**

**TÍTULO V
DO PROCESSO DE AUDITORIA,
COMISSÃO DE INQUÉRITO E DA
INTERVENÇÃO NOS CONSELHOS
FEDERAL E REGIONAIS DE
SERVIÇO SOCIAL**

Capítulo I - Da Auditoria

Capítulo II - Da Intervenção

Capítulo III - Da Sindicância ou do Inquérito Administrativo

**TÍTULO VI
DAS PENAS**

**TÍTULO VII
DA PERDA DO MANDATO**

**TÍTULO VIII
DAS RESPONSABILIDADES DOS
CONSELHEIROS, ASSESSORES,
FUNCIONÁRIOS E PRESTADORES
DE SERVIÇOS**

**TÍTULO IX
DOS PROCESSOS E RECURSOS**

**TÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**ESTATUTO DO CONJUNTO CFESS/CRESS
CONSELHO FEDERAL E REGIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL**

TÍTULO I

**DA NATUREZA JURÍDICA, FINALIDADE E
COMPETÊNCIA INSTITUCIONAL**

Art. 1º O Conselho Federal de Serviço Social - CFESS e os Conselhos Regionais de Serviço Social - CRESS, regulamentados pela Lei 8.662 de 07 de junho de 1993, constituem uma entidade de personalidade jurídica de direito privado, com poder delegado pela União, e forma federativa, com o objetivo básico de fiscalizar, disciplinar e defender o exercício da profissão de Assistente Social, conforme os princípios e normas estabelecidas pelo Encontro Nacional CFESS/CRESS, e na forma prevista pela Lei 9649, publicada no DOU de 28/05/98.

Parágrafo 1º - O Conselho Federal de Serviço Social tem sede e foro no Distrito Federal, com jurisdição em todo território nacional.

Parágrafo 2º - Os Conselhos Regionais possuem jurisdição e sede estabelecidas pela Consolidação das Resoluções do CFESS.

Parágrafo 3º - Os Conselhos Regionais de Serviço Social são dotados de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, sem prejuízo de sua vinculação e subordinação ao Conselho Federal, nos termos da legislação em vigor.

Art. 2º - O Conselho Federal de Serviço Social é o órgão normativo de grau superior e central do Conjunto CFESS/CRESS, tendo como competência, na forma da lei criadora e do interesse público, fiscalizar, orientar, supervisionar, normatizar e disciplinar o exercício e as atividades da profissão do assistente social, em todo território nacional.

Art. 3º - O fórum máximo de deliberação da profissão é o Encontro Nacional CFESS/CRESS, que será convocado anualmente, na forma estabelecida pelo presente Estatuto.

Parágrafo único: O Conselho Federal está subordinado às decisões de competência do Encontro Nacional CFESS/CRESS, devendo executá-las, em conformidade com as suas atribuições.

Art. 4º - O Conselho Federal de Serviço Social poderá homologar a criação, extinção ou determinar a alteração da jurisdição de qualquer Conselho

Regional existente, mediante atendimentos dos critérios estabelecidos pela Consolidação das Resoluções do CFESS.

Art. 5º - O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Serviço Social não mantêm com os órgãos de administração pública qualquer vínculo funcional ou hierárquico.

Art. 6º - A organização, a estrutura e funcionamento dos Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social serão regulamentados pelo presente Estatuto e pelos respectivos Regimentos Internos dos Regionais, cuja Minuta Básica deverá ser aprovada pelo Encontro Nacional CFESS/CRESS e homologada pelo Conselho Federal.

Parágrafo único: A Lei 8.662 de 07 de junho de 1993 e o presente Estatuto constituem respectivamente, os instrumentos legais hierarquicamente superiores do conjunto CFESS/CRESS.

Art. 7º - O mandato dos Conselheiros é exercido em caráter honorífico, considerado serviço público relevante.

TÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO, DA ORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA E COMPETÊNCIAS DOS CONSELHOS REGIONAIS E FEDERAL

CAPÍTULO I

DA COMPOSIÇÃO

Art. 8º - O Conselho Federal de Serviço Social – CFESS é composto por 16 (dezesseis) membros efetivos: Presidente; Vice-Presidente; 1º e 2º Secretários; 1º e 2º Tesoureiros; 5 (cinco) membros do Conselho Fiscal; 5 (cinco) membros coordenadores das regiões sul, sudeste, centro-oeste, nordeste e norte e 16 (dezesseis) membros suplentes, sendo que estará representado pelo menos 1 (um) membro, assistente social de cada jurisdição dos Conselhos Regionais, que serão eleitos dentre os Assistentes Sociais por via direta, para um mandato de 03 (três) anos, de acordo com as normas estabelecidas pelo Código Eleitoral, aprovado pelo Fórum máximo de deliberações, denominado Encontro Nacional CFESS/CRESS.

Parágrafo 1º - Os Conselhos Regionais de Serviço Social - CRESS, contarão cada um com 9 (nove) membros efetivos: Presidente, Vice-Presidente, dois secretários, dois tesoureiros e 3 (três) membros do Conselho Fiscal e 09 (nove) suplentes, eleitos dentre os assistentes sociais inscritos na jurisdição respectiva, por

via direta, para um mandato de 03 (três) anos, de acordo com as normas estabelecidas no Código Eleitoral.

Parágrafo 2º: É permitida a reeleição dos Conselheiros do CFESS e dos CRESS por uma vez consecutiva, sendo garantida a renovação de, pelo menos, 2/3 (dois terços) de seus membros.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 9º - A aplicação do que dispõe a Lei 8.662/93, no que se refere à orientação, disciplina e fiscalização do exercício da profissão do assistente social, será exercida pelo CFESS e pelos CRESS, organizados de forma a assegurar unidade de ação.

Art. 10 - A estrutura do Conselho Federal de Serviço Social compreende as seguintes instâncias:

I - Órgão Deliberativo: Encontro Nacional CFESS/CRESS

II - Órgão Deliberativo: Conselho Pleno

III - Órgão Executivo: Diretoria

IV - Órgão Fiscal: Conselho Fiscal

V - Órgão de Fiscalização Contábil, Financeiro e Administrativo: Comissão Especial

VI - Órgãos de Apoio: Comissões, Assessorias e Grupos de Trabalhos

Parágrafo único: Os Conselhos Regionais de Serviço Social possuem a mesma estrutura básica do Conselho Federal, acrescidos de suas peculiaridades, exceto quanto à Comissão Especial, só prevista no âmbito do CFESS.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA DOS ÓRGÃOS

SEÇÃO I

DO ÓRGÃO DELIBERATIVO ENCONTRO NACIONAL CFESS/CRESS

Art. 11 - O Encontro Nacional CFESS/CRESS é a instância máxima de deliberação deste conjunto, composto de delegados do CFESS e dos CRESS,

com direito a voz e voto, aberto à participação de Assistentes Sociais, estudantes de Serviço Social, representantes das Entidades da Categoria, da Sociedade Civil e convidados, com direito a voz.

Parágrafo 1º - São delegados do CFESS o número correspondente aos seus conselheiros efetivos, indicados pelo Conselho Pleno.

Parágrafo 2º - São delegados dos CRESS os Assistentes Sociais inscritos e ativos no âmbito de jurisdição Regional, obedecendo a seguinte proporcionalidade:

- a) - Até 1000 (mil) inscritos até a data da Assembléia, 5(cinco) delegados;
- b) - Acima de 1000 (mil) inscritos, além dos 5(cinco) delegados, mais um delegado para cada 1000 (mil) de fração superior a 500 (quinhentos).

Parágrafo 3º - O número de delegados, atendidos os critérios estabelecidos no parágrafo 2º deste artigo, deverá obedecer igual proporcionalidade entre Conselheiros do CRESS, Delegados Seccionais e Base da Categoria.

Art. 12 - O Encontro Nacional CFESS/CRESS realizar-se-á com temas e local indicados pelo Encontro anterior, no terceiro trimestre de cada ano ordinariamente, e, extraordinariamente, quando necessário.

Parágrafo 1º - O Encontro Nacional CFESS/CRESS será convocado ordinária e extraordinariamente pelo Conselho Pleno do CFESS, por escrito dentro dos prazos de 90 e 60 dias respectivamente.

Parágrafo 2º - Em caso de não convocação pelo Conselho Pleno do CFESS, o Encontro poderá ser convocado extraordinariamente por maioria simples dos CRESS.

Parágrafo 3º - O Encontro Nacional CFESS/CRESS se instalará com o quórum mínimo de 2/3 (dois terços) do conjunto dos CRESS e maioria simples do conjunto dos delegados previstos para o Encontro.

Parágrafo 4º - Para a realização do Encontro, deverá ser formada uma Comissão Organizadora, composta por Conselheiros do CFESS e do CRESS que sediará o evento em sua jurisdição.

Parágrafo 5º - Os CRESS deverão remeter com antecedência de 15 (quinze) dias da realização do Encontro, respectivamente, Atas de Assembléias e de Reuniões do Conselho Pleno, para a Comissão Organizadora, contendo a relação de delegados.

Parágrafo 6º - O CFESS remeterá a relação de delegados à Comissão Organizadora, um dia antes da instalação do Encontro Nacional CFESS/CRESS, tendo em vista que a escolha destes será efetivada no Pleno Ampliado a se realizar no local e antes do Encontro Nacional, nos termos do disposto no parágrafo 1º do artigo 13 do presente Estatuto.

SEÇÃO II

DO ÓRGÃO DELIBERATIVO/CONSELHO PLENO

Art. 13 - O Conselho Pleno do CFESS compõe-se de 16 (dezesesseis) membros efetivos, assim constituídos:

- I - Presidente;
- II - Vice-Presidente;
- III - 1º Secretário;
- IV - 2º Secretário;
- V - 1º Tesoureiro;
- VI - 2º Tesoureiro;
- VII – 5 (cinco) membros efetivos do Conselho Fiscal;
- VIII – 5 (cinco) membros coordenadores das regiões: sudeste, sul, centro-oeste, nordeste e norte

Parágrafo 1º - O Conselho Pleno do CFESS será composto e deliberará com, até, seus 32 (trinta e dois) membros, considerando-se os efetivos e suplentes, na oportunidade em que forem realizadas as sessões do Pleno Ampliado, a primeira no segundo bimestre do ano e outra por ocasião e antecedendo o Encontro Nacional CFESS/CRESS

Parágrafo 2º - Para efeito de deliberação de atos oficiais, previstos como competência do Conselho Pleno do CFESS e, em especial, de julgamento de recursos, pedidos de reconsideração, onde envolvam direito e obrigações de terceiros, o Conselho Pleno do CFESS, inclusive o ampliado, só poderá deliberar com a presença mínima de 11 (onze) conselheiros; máxima de 16 (dezesesseis) e decidirá por maioria dos votos dos presentes.

Parágrafo 3º - Os Conselheiros suplentes não deliberarão sobre atos oficiais, exceto quando estiverem ocupando o lugar do membro efetivo, em razão de falta ou impedimento.

Parágrafo 4º - O Conselho Pleno do CRESS compõe-se de 09 (nove) membros efetivos e nove suplentes, assim constituídos:

- I – Presidente;
- II – Vice-Presidente;
- III – 1º Secretário;
- IV – 2º Secretário;
- V – 1º Tesoureiro;
- VI – 2º Tesoureiro;
- VII – 3 (três) membros do conselho fiscal;
- VIII – 9 (nove) membros suplentes.

Parágrafo 5º - Para efeito de deliberação de atos oficiais, previstos como competência do Conselho Pleno do CRESS e, em especial de julgamento de processos disciplinares éticos, pedidos de reconsideração, onde envolvam direitos e obrigações de terceiros, o Conselho Pleno do CRESS só poderá deliberar com a presença mínima de 6 (seis) membros ; máxima de 9 (nove) e decidirá por maioria de voto dos presentes.

Parágrafo 6º - O Presidente do CFESS ou do CRESS, para efeito da deliberação de atos oficiais, somente votará em caso de empate, considerando-se a sua presença para efeito de quorum.

Art. 14 - O Conselho Pleno do CFESS reunir-se-á:

- I - Ordinariamente, seis vezes ao ano, a cada bimestre;
- II - Extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou por solicitação de maioria simples de seus membros.

Parágrafo 1º - As convocações deverão ser feitas por escrito, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, salvo em caso de urgência.

Parágrafo 2º - No ato da convocação constará sempre a pauta, a data, o local e a hora da reunião.

Parágrafo 3º - O Conselho Pleno somente poderá deliberar com a presença mínima de 2/3 (dois terços) de seus membros, e decidirá por maioria de votos dos presentes.

Parágrafo 4º - A periodicidade de reuniões do Conselho Pleno dos CRESS e a forma de sua convocação serão definidos nos seus respectivos Regimentos Internos.

SEÇÃO III

DO ÓRGÃO EXECUTIVO/DIRETORIA

Art. 15 - A Diretoria do CFESS e dos CRESS, será composta pelo Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Secretários e 1º e 2º Tesoureiros.

Parágrafo 1º - A Diretoria do CFESS reunir-se-á na forma prevista pelos incisos I e II do artigo 14, coincidindo com o período de realização do Conselho Pleno.

Parágrafo 2º - A Diretoria dos CRESS reunir-se-á na forma prevista por seus Regimentos Internos.

SEÇÃO IV

DO ÓRGÃO FISCAL: CONSELHO FISCAL

Art. 16 - O Conselho Fiscal do CFESS será composto por 5 (cinco) membros efetivos e 5 (cinco) suplentes.

Parágrafo 1º - O Conselho Fiscal dos CRESS será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes.

Parágrafo 2º - O Conselho Fiscal dos CRESS reunir-se-á na forma prevista em seus Regimentos Internos.

Parágrafo 3º - O Conselho Fiscal deliberará por maioria de voto, assegurado sempre o direito de declaração de voto.

SEÇÃO V

DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO: COMISSÃO ESPECIAL DO CFESS

Art. 17 - A Comissão Especial do CFESS será composta por 5 (cinco) membros componentes dos Conselhos Fiscais de 5 (cinco) Conselhos Regionais de Serviço Social.

Art. 18 - Para tanto, o Encontro Nacional CFESS/CRESS designará, anualmente, os 5 (cinco) CRESS que deverão compor a Comissão Especial, considerando que a indicação deverá recair em um CRESS por cada região geográfica (Norte, Sul, Centro-Oeste, Nordeste e Sudeste).

Parágrafo único: Para efeito das indicações subsequentes, o Encontro Nacional CFESS/CRESS considerará o rodízio entre todos os CRESS, daquela

região geográfica, somente podendo haver a indicação do mesmo regional, após esgotadas a indicação dos demais Conselhos Regionais existentes na mesma circunscrição geográfica.

Art. 19 - No prazo de 15 (quinze) dias, a contar do encerramento do Encontro Nacional, os CRESS indicados deverão encaminhar ao CFESS o nome do membro componente do Conselho Fiscal que foi escolhido em reunião do Conselho Pleno respectivo, para compor a Comissão Especial.

Parágrafo único: O CFESS expedirá Portaria com a designação dos membros da Comissão Especial, escolhidos pelo Conselho Pleno dos CRESS indicados pelo Encontro Nacional.

Art. 20 - A Comissão Especial reunir-se-á na sede do Conselho Federal de Serviço Social, anualmente no primeiro trimestre do exercício, em data a ser definida pelo Pleno do CFESS.

CAPÍTULO IV

DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS

SEÇÃO I

DO CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL

Art. 21 - Compete ao Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) na qualidade de órgão normativo de grau superior, o exercício das seguintes atribuições:

- I - Orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício da profissão de Assistente Social, em conjunto com os CRESS;
- II - Assessorar os CRESS sempre que se fizer necessário;
- III - Zelar pelo cumprimento e observância do Código de Ética Profissional do Assistente Social;
- IV - Funcionar como Tribunal Superior de Ética Profissional;
- V - Julgar, em última instância, os recursos contra as decisões impostas pelos CRESS;
- VI - Estabelecer o sistema de registro das pessoas físicas e jurídicas habilitadas;
- VII - Prestar assessoria técnica-consultiva aos organismos públicos ou privados em matéria de Serviço Social junto com outras entidades da categoria;
- VIII - Disciplinar e normatizar as atividades de pessoas jurídicas que tenham como objetivo prestar serviços em assessoria, consultoria, planejamento, capacitação outros de natureza em Serviço Social;

IX - Estabelecer Políticas e Estratégias de ação para as Comissões e frentes de trabalho do Conselho Federal e dos Regionais, em conformidade com as deliberações do Encontro Nacional CFESS/CRESS;

X - Representar a profissão de Assistente Social perante os órgãos da Administração Pública, podendo delegar tal encargo aos CRESS.

SEÇÃO II

DO ENCONTRO NACIONAL CFESS/CRESS

Art. 22 - Ao Encontro Nacional CFESS/CRESS compete:

I - Discutir e aprovar a Minuta Básica dos Regimentos Internos dos CRESS, assegurando sua unidade e respeitando as especificidades, na medida em que desta depender a necessária unidade de ação.

II - Discutir e aprovar o Código de Ética Profissional, após amplas discussões com a categoria em cada região, propondo alterações quando se fizerem necessárias

III - Discutir e aprovar propostas de reformulação na regulamentação da Profissão, quando se fizer necessário;

IV - Tomar conhecimento da prestação de contas do CFESS;

V - Discutir, propor e aprovar, para efeito de homologação pelo CFESS, normas fixando limites e percentuais, prazo de pagamento de anuidades, taxas e emolumentos a serem pagos pelos profissionais e pessoas jurídicas;

VI - Discutir e deliberar sobre formas e percentuais do repasse das quotas devidas pelos CRESS ao CFESS;

VII - Apresentar, discutir e aprovar propostas para os Orçamentos Programas do CFESS e CRESS;

VIII - Discutir e aprovar o Código Eleitoral para as eleições no CFESS, CRESS e Delegacias Seccionais;

IX - Indicar profissionais de Serviço Social para compor a Comissão Nacional Eleitoral;

X - Discutir e aprovar políticas de ação para o conjunto CFESS/CRESS, respeitando-se as especificidades regionais;

XI - Discutir, propor e aprovar formas de solução para preenchimento de cargos, em caso de vacância de Conselheiros do CFESS, que impossibilite a execução das tarefas atribuídas ao órgão;

XII - Designar, anualmente, 5 (cinco) Conselhos Regionais de Serviço Social, para compor a Comissão Especial, para aprovação da prestação de contas do CFESS;

XIII - Estabelecer a composição do CFESS com base na lei 9649/98.

Parágrafo único: Para efeito do encaminhamento e efetivação das deliberações tomadas pelo Encontro Nacional CFESS/CRESS, ou para aprofundamento das discussões de interesse dos Conselhos, poderá a critério desta instância ou do Conselho Pleno do CFESS, ser realizada “Plenária Ampliada do

Conjunto CFESS/CRESS”, a qual contará com a participação de membros da direção dos Regionais e do Federal.

SEÇÃO III

CONSELHO PLENO

Art. 23 - O Conselho Pleno dos Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social é o órgão deliberativo dentro de suas respectivas jurisdições.

Parágrafo único: O Conselho Pleno do Conselho Federal de Serviço Social é o órgão deliberativo e normativo superior do conjunto CFESS/CRESS.

Art. 24 - Ao Conselho Pleno do CFESS compete:

- I - Estabelecer normas de orientação, disciplina e fiscalização do exercício da profissão de Assistente Social, de forma a uniformizar os atos dos CRESS, resguardadas a autonomia e peculiaridade de cada regional;
- II - Funcionar como Tribunal de Ética Profissional e de Julgamento, como última instância recursal administrativa, contra as decisões impostas pelos CRESS;
- III - Nomear a Comissão Nacional Eleitoral;
- IV - Deliberar sobre representação do CFESS junto a colegiados de órgãos públicos e privados, sempre que solicitado;
- V - Baixar Resolução necessárias à regulamentação e execução da Lei 8.662/93, deste Estatuto, das deliberações do Encontro Nacional CFESS/CRESS, e de outras matérias que sejam de sua competência;
- VI - Estabelecer modelo de Carteiras Profissionais, contendo todos os elementos necessários a identificação dos profissionais registrados, conforme disposição legal;
- VII - Convocar os Encontros Nacionais CFESS/CRESS;
- VIII - Indicar conselheiros do CFESS como delegados para o Encontro CFESS/CRESS, em número correspondente aos Conselheiros efetivos;
- IX - Encaminhar e/ou executar as deliberações do Encontro Nacional CFESS/CRESS;
- X - Encaminhar relatórios dos eventos realizados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias de sua realização ao CRESS;
- XI - Apreciar e aprovar os demonstrativos mensais de receita e despesa do CFESS e dos CRESS;
- XII - Decidir sobre aquisição ou alienação de bens patrimoniais do CFESS, cumpridas nas normas, previstas à espécie;
- XIII - Estabelecer normas para a elaboração das Propostas e Reformulações Orçamentárias do CFESS e dos CRESS;

- XIV - Determinar o desaforamento de denúncia de natureza ética para outros Regionais, quando esta se destinar à apuração de fatos que envolvam conselheiros efetivos e suplentes, delegados e membros de Comissões dos CRESS;
- XV - Apreciar e homologar as Propostas e Reformulações Orcamentárias, Prestação de Contas do CFESS e dos CRESS, na forma das instruções legais vigentes;
- XVI - Estabelecer normas para a concessão de diárias de Conselheiros, Assessores, Funcionários e Profissionais designados para desempenho de atividades de interesse do CFESS;
- XVII - Apreciar os atos do Presidente praticados sob condição 'ad referendum', ratificando-os ou não;
- XVIII - Decidir sobre a concessão de licença e afastamento dos conselheiros do CFESS e sobre a perda ou extinção de seus mandatos;
- XIX - Contribuir para organização e funcionamento dos CRESS, zelando pela regularidade e fiel execução das normas legais e regimentais;
- XX - Fixar honorários e salários de seus assessores e funcionários, respeitadas disponibilidades orçamentárias e legislação em vigor;
- XXI - Deliberar sobre a intervenção nos Conselhos Regionais de Serviço Social, em casos de irregularidades graves, nos termos do art. 81 do presente Estatuto.
- XXII – Decidir sobre aplicação de penalidades administrativas aos seus funcionários, após a instauração da sindicância competente para apuração dos fatos;
- XXIII - Admitir e dispensar funcionários e assessores do CFESS, na forma da lei ou de contrato de prestação de serviço em vigor;
- XXIV - Homologar o Código Eleitoral aprovado no Encontro Nacional CFESS/CRESS, bem como o resultado eleitoral do CFESS e dos CRESS;
- XXV - Homologar a criação e a extinção das Delegacias Seccionais de Estado no âmbito das jurisdições dos CRESS;
- XXVI - Homologar o Regimento Interno dos CRESS e o Código de Ética Profissional do Assistente Social;
- XXVII - Aprovar a abertura de créditos bancários e créditos adicionais ao orçamento em vigor;
- XXVIII - Distribuir entre os seus membros e ou comissões, processos, expedientes e sugestões para estudo e parecer;
- XXIX - Estabelecer a criação de comissões e grupos de trabalho do CFESS, aprovando a designação de seus membros;
- XXX - Aprovar procedimentos para verificação sobre o funcionamento dos CRESS e adoção de medidas cabíveis para sua regularidade e eficiência;
- XXXI - Expedir Resolução, para nomeação da Comissão Especial do CFESS;
- XXXII - Resolver os casos omissos deste Estatuto.

Parágrafo único: A competência do Conselho Pleno dos Conselhos Regionais de Serviço Social será definida nos seus respectivos Regimentos Internos, devidamente homologado pelo Conselho Federal.

SEÇÃO IV

DA DIRETORIA

Art. 25 - Compete à Diretoria Executiva dos Conselhos Regionais e do Conselho Federal de Serviço Social:

- I - Cumprir as decisões do Conselho Pleno;
- II - Resolver os casos de urgência, “ad referendum” do Conselho Pleno;
- III - Proceder à aquisição ou alienação de bens patrimoniais, uma vez autorizado pelo Conselho Pleno, cumpridos os procedimentos normativos previstos à espécie;
- IV - Propor a fixação de diárias, taxas e emolumentos, submetendo-as à aprovação do Conselho Pleno;
- V - Fornecer ao Conselho Fiscal, quando requisitados, os elementos necessários ao fiel cumprimento das atribuições do mesmo;
- VI - Estabelecer normas de funcionamento dos serviços de Secretaria, Tesouraria e Contabilidade, bem como sua estrutura;
- VII - Estabelecer os procedimentos administrativos necessários ao funcionamento dos Conselhos.

Parágrafo 1º - A competência da Diretoria dos Conselhos Regionais de Serviço Social, além do previsto neste Estatuto, será definida nos seus respectivos Regimentos Internos, devidamente homologados pelo Conselho Federal.

Parágrafo 2º - O Conselho Federal e os Regionais de Serviço Social contarão com serviços administrativos, devidamente estruturados pela Diretoria e com os serviços técnicos de Assessoria Jurídica, Contábil e outros a critério do Conselho Pleno.

SEÇÃO V

DO CONSELHO FISCAL

Art. 26 - Ao Conselho Fiscal compete:

- I - Acompanhar e fiscalizar a execução orçamentária do CFESS;
- II - Examinar as Propostas e Reformulações Orçamentárias do CFESS e dos CRESS, emitindo parecer sobre as mesmas;
- III - Examinar os documentos contábeis do CFESS e dos CRESS, emitindo parecer sobre os mesmos;
- IV - Examinar as Prestações de Contas do CFESS e dos CRESS, emitindo parecer conclusivo e fundamentado sobre cada uma;

V - Requisitar das Direções do CFESS e dos CRESS os elementos necessários para o fiel cumprimento de suas atribuições fiscais.

SEÇÃO VI

DA COMISSÃO ESPECIAL

Art. 27 - A Comissão Especial tem como função avaliar e aprovar a Prestação de Contas do CFESS, após a apreciação e emissão do parecer conclusivo do Conselho Fiscal do CFESS.

Art. 28 - Serão designados pelo Conselho Pleno do CFESS 3 (três) Conselheiros Federais, escolhidos entre os ordenadores de despesa e Conselho Fiscal, que se incumbirão de prestar esclarecimentos, informações, documentos e outros à Comissão Especial, no curso de sua atividade relativa à apreciação da Prestação de Contas do CFESS, bem como justificativas por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, dos itens e matérias que não estejam claros para a Comissão ou sejam objeto de ressalva ou discordância da mesma.

Art. 29 - Ultrapassada a fase a que se refere o art. 28, a Comissão Especial deverá emitir seu parecer escrito e fundamentado, que será apresentado oralmente ao Conselho Pleno do CFESS, em reunião previamente designada.

Parágrafo 1º - A Comissão Especial, 5 (cinco) dias antes da realização do Pleno, deverá encaminhar cópias de seu parecer a todos os Conselheiros do CFESS.

Parágrafo 2º - Concluída a leitura do parecer, os Conselheiros do CFESS poderão formular perguntas à Comissão Especial, que deverá, por sua vez, prestar os esclarecimentos solicitados.

Parágrafo 3º - Caso a Comissão aprove integralmente a Prestação de Contas do CFESS, caberá ao Conselho Pleno homologá-la.

Parágrafo 4º - Para efeito de rejeição das contas do CFESS, a Comissão Especial deverá esgotar todos os procedimentos cabíveis e anteriores ao ato, determinando a realização de diligências, verificações e, se necessário, a contratação de assessoria e auditoria independente, para subsidiar sua decisão.

Parágrafo 5º - Caso a Comissão mantenha ressalvas ou rejeição das contas, o CFESS terá direito de apresentar sua defesa no prazo de 10 (dez) dias, a contar do conhecimento da decisão da Comissão pelo Conselho Pleno do CFESS.

Art. 30 - Após avaliação da defesa apresentada pelo CFESS, caberá à Comissão Especial decidir pela Aprovação Plena, pela Aprovação com Ressalvas e pela Rejeição das Contas.

Art. 31 - A aprovação com ressalvas das contas implicará na obrigação do CFESS corrigi-las, em período a ser estabelecido pela Comissão Especial, sob pena de rejeição das contas.

Art. 32 - Em caso de rejeição das contas do CFESS, o parecer da Comissão Especial será submetido a avaliação e decisão da Plenária Ampliada do Conjunto CFESS/CRESS, a ser convocada extraordinariamente, pelo CFESS.

Art. 33 - A manutenção da rejeição das contas pela Plenária Ampliada do Conjunto CFESS/CRESS, implicará na imediata instauração de inquérito administrativo, com a designação de Comissão de Inquérito, para apurar as responsabilidades, assim como o afastamento preventivo dos eventuais responsáveis, durante os trabalhos desta Comissão.

Parágrafo Único - A Comissão de Inquérito será indicada pela Plenária Ampliada do Conjunto CFESS/CRESS e nomeada através de Resolução pelo CFESS, sendo composta por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, todos assistentes sociais da base.

Art. 34 - A Comissão de inquérito, se necessário, poderá solicitar assessoria contábil independente ou auditoria, caso não tenha sido realizada pela Comissão Especial.

Art. 35 - Todas as despesas provenientes dos trabalhos da Comissão Especial e da Comissão de Inquérito, inclusive com o deslocamento de seus membros, serão arcadas pelo CFESS.

SEÇÃO VII

DOS CONSELHEIROS

Art. 36 - A competência dos Conselheiros Federais e Regionais de Serviço Social, efetivos e suplentes, é cumprir rigorosamente e fazer cumprir o previsto em Leis, Estatuto, Regimentos Internos, Resoluções e demais instrumentos legais, atinentes ao órgão.

Art. 37 - Compete, ainda, aos conselheiros efetivos e suplentes:

I – Participar dos Encontros CFESS/CRESS, atendidos os critérios estabelecidos neste Estatuto;

- II – Participar das reuniões do Conselho Pleno, desde que convocado para tal, com direito a voz e voto, justificando quando não puder fazê-lo, em conformidade com as disposições do art. 14 e seu parágrafo 1º do presente Estatuto;
- III – Cumprir as decisões do Conselho Pleno;
- IV – Atuar em comissões e grupos de trabalho, tendo em vista o melhor atendimento às finalidades do conjunto CFESS/CRESS;
- V – Submeter à discussão do Conselho Pleno qualquer questão de natureza administrativa, técnica, financeira e outras que sejam de interesse do conjunto CFESS/CRESS e/ou da profissão;
- VI – Zelar pelo cumprimento e observância do Código de Ética Profissional, bem como pelas normas expedidas pelo CFESS;
- VII – Zelar pela conservação e preservação do patrimônio do CFESS e dos CRESS.

Parágrafo Único – Compete, ainda, aos membros suplentes:

- I – Agilizar o processamento das informações e decisões do CFESS, junto aos CRESS da região em que está inserido;
- II – Acompanhar as atividades dos CRESS, participando de assembleias, encontros, reuniões e outros;
- III – Articular-se à coordenação regional;
- IV – Vincular-se a uma Comissão de Trabalho do CFESS;
- V – Participar das sessões do Pleno Ampliado realizadas pelo CFESS;
- VI – Substituir o conselheiro efetivo em suas faltas, ausências ou impedimentos;
- VII – Representar o CFESS em eventos e atividades, realizados na região.

Art. 38 - No exercício de seu mandato, o conselheiro tem direitos e obrigações e sujeita-se a sanções e penalidades, em conformidade com as disposições contidas neste Estatuto.

Art. 39 - Os membros do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e dos Conselhos Regionais (CRESS) exercerão seus mandatos pessoalmente, não sendo permitida a representação por procuração, seja a que título for.

Art. 40 - Os membros do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e dos Conselhos Regionais (CRESS) não poderão receber remuneração pelo exercício de seus mandatos, sendo vedada qualquer relação de emprego com o CFESS ou CRESS.

Parágrafo único: Os conselheiros farão jus apenas às despesas de transporte, diárias ou ajudas de custo, na forma regulamentar estabelecida pelo Conselho Pleno, para participação em reuniões, atividades administrativas e de representação do Conselho.

Art. 41 - Todos aqueles que receberem a incumbência ou missão, no País ou no estrangeiro, em nome ou às custas do CFESS ou CRESS, ficam obrigados à Prestação de Contas e apresentação de relatório, na forma do disposto nas normas regimentais sobre a matéria.

SUBSEÇÃO I

DAS FALTAS, IMPEDIMENTOS E VACÂNCIA DE CARGOS

Art. 42 - No caso de impedimento por falta, licença ou vacância de cargos, as substituições dos Conselheiros do CFESS se farão na seguinte ordem:

- I - O Presidente pelo Vice-Presidente;
- II - O Vice-Presidente pelo 1º Secretário ou 1º Tesoureiro;
- III - O 1º Secretário pelo 2º Secretário;
- IV - O 1º Tesoureiro pelo 2º Tesoureiro;
- V – Os coordenadores regionais ocuparão os cargos de 2º Secretário e 2º Tesoureiro, obedecendo a ordem de menção na chapa e critérios de perfil para exercício do cargo vacante, a serem considerados e deliberados pelo Conselho Pleno do CFESS;
- VI – Os suplentes ocuparão os cargos dos Coordenadores Regionais, respeitada e considerada a representatividade ou inserção regional dos mesmos;
- VII – Os Conselheiros Fiscais pelos suplentes, obedecendo a ordem de menção na chapa.

Art. 43 - O Conselheiro, que, por qualquer motivo, estiver provisoriamente impossibilitado de exercer o cargo, deverá requerer licença por escrito pelo prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, prorrogável por período estabelecido pelo Conselho Pleno.

Art. 44 - A não reassunção de cargo pelo Conselheiro afastado, tendo cessado o motivo e o prazo do afastamento, poderá resultar na perda do seu mandato.

SEÇÃO VIII

DA COMPETÊNCIA DO PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE DO CFESS E DOS CRESS

Art. 45 - Ao Presidente do CFESS e dos CRESS compete:

- I - Dar posse e exercício aos Conselheiros efetivos e suplentes;

- II - Convocar e presidir as reuniões do Conselho Pleno e da Diretoria e dar execução às suas resoluções e deliberações;
- III - Adquirir, alienar e onerar bens imóveis, após aprovação do Conselho Pleno, e administrar o patrimônio do Conselho, de acordo com as normas vigentes;
- IV - Abrir conta em estabelecimentos de créditos, movimentar fundos, assinar cheques e documentação de Secretaria e Tesouraria, juntamente com os respectivos titulares;
- V - Submeter ao Conselho Pleno, para homologação, os atos que praticar “ad referendum”;
- VI - Prestar informações que lhe forem pedidas pelos Poderes Públicos ou Conselheiros;
- VII - Representar o CFESS e CRESS, respectivamente, judicialmente ou extrajudicialmente.

Parágrafo único: As decisões do Presidente poderão ser invalidadas por maioria simples dos membros do Conselho Pleno.

Art. 46 - Ao Vice-Presidente compete:

- I - Substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos e na vacância do cargo;
- II - Auxiliá-lo no desempenho de suas atribuições.

SEÇÃO IX

DA COMPETÊNCIA DO 1º E 2º SECRETÁRIOS DO CFESS E DOS CRESS

Art. 47 - Ao 1º Secretário compete:

- I - Secretariar as reuniões do Conselho Pleno e as de Diretoria, lavrando as respectivas atas;
- II - Elaborar correspondência atinente à Secretaria, em entrosamento com a Secretaria Executiva;
- III - Promover a publicação e a divulgação de atos do Conselho, quando necessários e devidamente autorizados;
- IV - Elaborar, com apoio dos demais conselheiros, o relatório anual de atividades do CFESS e dos CRESS, conforme o caso;
- V - Proceder estudos, em caráter permanente, sobre matéria administrativa e apresentar subsídios ao Conselho Pleno, com vistas ao aperfeiçoamento e atualização de seus serviços, e à orientação aos CRESS e Delegacias, conforme o caso;
- VI - Manter entrosamento com os CRESS e Delegacias, conforme o caso, no que diz respeito ao funcionamento específico da Secretaria, valendo-se para isso de recursos técnicos para orientação de suas atividades;

- VII - Participar das reuniões e decisões da diretoria do CFESS e dos CRESS;
- VIII - Substituir o Vice-Presidente em suas faltas e vacância do cargo;
- IX - Opinar sobre contratação e dispensa de pessoal, bem como sobre contratos, convênios com terceiros e aquisição de bens patrimoniais.

Art. 48 - Ao 2º Secretário compete:

- I - Substituir o 1º Secretário em suas faltas e impedimentos e vacância do cargo;
- II - Auxiliá-lo no desempenho de suas atribuições.

SEÇÃO X

DA COMPETÊNCIA DO 1º E 2º TESOUREIROS DO CFESS E DOS CRESS

Art. 49 - Ao 1º Tesoureiro compete:

- I - Acompanhar as arrecadações e contribuições devidas ao CFESS e CRESS, conforme o caso;
- II - Efetuar os pagamentos do CFESS e CRESS, conforme o caso assinando com o Presidente os cheques; podendo delegar tal competência para o 1º e 2º Secretário e 2º Tesoureiro, mediante aprovação do Conselho Pleno;
- III - Elaborar toda a correspondência atinente à Tesouraria, em entrosamento com a Secretaria Executiva;
- IV - Realizar estudos sistemáticos para revisão da dotação orçamentária no decorrer do exercício, acompanhando a dinâmica dos serviços;
- V - Proceder estudos em caráter permanente sobre matéria financeira e apresentar subsídios ao Conselho Pleno, com vistas aos aperfeiçoamento e atualização dos serviços, e à orientação aos CRESS e Delegacias, conforme o caso;
- VI - Manter entrosamento com os CRESS e Delegacias no que diz respeito ao funcionamento específico de Tesouraria, valendo-se para isto de instrumentos técnicos para orientação de sua atividades;
- VII - Elaborar com a Diretoria as Propostas e Reformulações Orçamentárias e Prestações de Contas;
- VIII - Apresentar documentação contábil do movimento da Tesouraria, para apreciação do Conselho Fiscal;
- IX - Apresentar anualmente o Balanço Geral que instruirá a Prestação de Contas;
- X - Opinar sobre contratação e dispensa de pessoal, bem como sobre contratos convênio com terceiros e aquisição de bens patrimoniais e de consumo.

Art. 50 - Ao 2º Tesoureiro compete:

- I - Substituir o 1º Tesoureiro em suas faltas e impedimentos e vacância do cargo;
- II - Auxiliá-lo no desempenho de suas atribuições.

Art. 51 - Aos coordenadores regionais compete:

- I – Acompanhar a implementação das políticas e diretrizes do conjunto CFESS/CRESS na sua Região;
- II – Articular os conselheiros efetivos e suplentes da região, de forma a possibilitar o acompanhamento efetivo das ações desenvolvidas por estes, junto aos CRESS, formando com os mesmos um grupo de trabalho;
- III – Prestar, sempre que necessário e desde que dentro de seu âmbito de competência, esclarecimentos e orientações aos Conselhos Regionais de Serviço Social de sua Região articulando-se com os Conselheiros do Estado e, em consonância com os princípios da Política Nacional de Fiscalização; das diretrizes deliberadas pelo Conjunto CFESS/CRESS e do Conselho Pleno do CFESS;
- IV – Manter contatos permanentes com os membros suplentes de sua região, de forma a socializar e repassar as informações, decisões e encaminhamentos do CFESS.

Art. 52 – A competência dos cargos de Diretoria dos Conselhos Regionais de Serviço Social, além do previsto neste Estatuto, será definida nos seus respectivos Regimentos Internos.

SEÇÃO XI

DA COMPETÊNCIA DAS COMISSÕES

Art. 53 - Para agilizar as decisões do CFESS e dos CRESS, serão constituídas comissões compostas por conselheiros efetivos e suplentes, assessores e convidados, que terão as seguintes atribuições:

- I - Decidir sobre assuntos de rotina, em suas respectivas áreas, de acordo com as diretrizes fixadas pelo Conselho Pleno;
- II - Implementar as ações necessárias ao cumprimento de decisões do Conselho Pleno, em suas respectivas áreas;
- III - Submeter ao Conselho Pleno propostas e diretrizes;
- IV - Informar ao Conselho Pleno todas as suas decisões, através de informativos internos, relatórios ou relatos em reunião do Conselho Pleno;
- V - Remeter ao Conselho Pleno, para aprovação, o calendário de suas respectivas reuniões e atividades.

Parágrafo único: A designação dos integrantes das Comissões é de competência do Conselho Pleno e será regulamentada por Portaria.

TÍTULO III

DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS E FINANCEIROS DO CONJUNTO CFESS/CRESS

CAPÍTULO I

DO ORÇAMENTO E DAS REFORMULAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 54 - Anualmente, até 31 de dezembro, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) fará publicar a Proposta Orçamentária dos Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social.

Parágrafo 1º - Os Conselhos Federal e Regionais deverão elaborar a Proposta Orçamentária, devidamente formalizadas e contendo as seguintes peças:

- a) - Ofício de Encaminhamento;
- b) - Quadro Geral da Receita e Despesa;
- c) - Demonstrativo Analítico da Receita;
- d) - Demonstrativo Analítico da Despesa;
- e) - Quadro Demonstrativo da Receita e Despesa dos 03(três) últimos exercícios;
- f) - Plano de Metas;
- g) - Análise circunstanciada da Assessoria Contábil;
- h) - Parecer do Conselho Fiscal;
- i) - Extrato da Ata da Sessão do Conselho Pleno que aprovou a proposta.

Parágrafo 2º - O prazo para a remessa das Propostas Orçamentárias ao Conselho Federal, para aprovação, é até 31 de outubro de cada exercício.

Art. 55 - É facultada a Reformulação Orçamentária, quando:

- I - A dotação orçamentária não for suficiente para o que se pretende arrecadar/realizar;
- II - A arrecadação ultrapassar o valor previsto no orçamento;
- III - Quando for realizar uma despesa não prevista no orçamento.

Parágrafo 1º - Os Conselhos Regionais deverão remeter uma via de suas reformulações orçamentárias, após a aprovação, ao Conselho Federal, sendo que a última reformulação deverá ingressar no órgão Federal, até, no máximo dia 31 de outubro de cada exercício, para a devida aprovação.

Parágrafo 2º - O Conselho Federal publicará as reformulações orçamentárias aprovadas no D.O e/ou veículo de comunicação dos Conselhos.

Art. 56 - O orçamento programa bem como as reformulações orçamentárias dos Conselhos Federal e Regionais serão submetidos ao Plenário do Conselho Federal para aprovação, após:

- I - Análise circunstanciada realizada pela Assessoria Contábil do CFESS;
- II - Análise com parecer conclusivo do Conselho Fiscal dos Conselhos.

Art. 57 - É vedado realizar despesas fora da previsão orçamentária.

Parágrafo único: Caracteriza-se ato de improbidade administrativa o não cumprimento da determinação contida no “caput” deste artigo.

CAPÍTULO II

DO BALANCETE MENSAL

Art. 58 - Os Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social deverão elaborar os seus balancetes mensais que conterão as seguintes peças devidamente formalizadas:

- I - Ofício de Encaminhamento;
- II - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada;
- III - Comparativo da Despesa Orçada com a Realizada;
- IV - Balanço Financeiro;
- V - Balanço Patrimonial Comparado;
- VI - Demonstração das Variações Patrimoniais;
- VII - Parecer conclusivo do Conselho Fiscal.

Parágrafo 1º - Os Conselhos Regionais devem encaminhar ao CFESS os balancetes mensais até o dia 20 do mês subsequente.

Parágrafo 2º - O Conselho Federal deve encaminhar ao Conselho Fiscal, balancete mensal até o dia 20 do mês subsequente.

Art. 59 - A aprovação dos Balancetes Mensais dos Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social será submetida ao Conselho Pleno do CFESS, após:

- I - Análise circunstanciada da Assessoria Contábil do Conselho;
- II - Análise conclusiva do Conselho Fiscal do CFESS em relação aos balancetes mensais deste.

CAPÍTULO III

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 60 - A prestação de contas anual do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Serviço Social deve ser encaminhada ao Conselho Federal até o dia 20 de fevereiro do exercício subsequente, devidamente formalizadas com as seguintes peças:

- I - Ofício de Encaminhamento;
- II - Rol de Responsáveis (diretoria Executiva devidamente qualificados (RG, CPF e endereço completo);
- III - Relatório de Atividades;
- IV - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada;
- V - Comparativo da Despesa Orçada com a Realizada;
- VI - Balanço Financeiro;
- VII - Balanço Patrimonial Comparado;
- VIII - Demonstração das Variações Patrimoniais;
- IX - Justificativa de Déficit Patrimonial - se houver;
- X - Conciliações Bancárias e cópias dos extratos;
- XI - Relação do Inventário Físico dos Bens Patrimoniais adquiridos no exercício;
- XII - Justificativa dos valores inscritos em Devedores da Entidade e Diversos Responsáveis;
- XIII - Relatório circunstanciado da Assessoria contábil;
- XIV - Parecer do respectivo Conselho Fiscal;
- XV - Declaração do setor de pessoal do Conselho, quanto ao cumprimento da Lei nº 8730/93;
- XVI - Ata da Sessão Plenária que aprovou a Prestação de Contas.

Parágrafo 1º - A Prestação de Contas do Conselho Federal será analisada pelo Conselho Fiscal respectivo, devendo os relatórios serem encaminhados ao Conselho Pleno para conhecimento e, após, submetida a análise apreciação e julgamento da Comissão Especial, nos termos dos arts. 28 a 35 deste Estatuto.

Parágrafo 2º - A aprovação das contas do CFESS pela Comissão Especial será submetida à homologação do Conselho Pleno do órgão respectivo.

Parágrafo 3º - As prestações de contas dos Conselhos Regionais serão apreciadas pelo Assessor Contábil do CFESS e pelo Conselho Fiscal, devendo os relatórios serem encaminhados ao Plenário do CFESS para apreciação **e aprovação**.

Art. 61 - Cabe ao Conselho Pleno do CFESS julgar as contas dos Conselhos Regionais de Serviço Social.

Parágrafo 1º - No julgamento das contas, o Pleno do Conselho Federal de Serviço Social decidirá pela Aprovação Plena, Aprovação com Ressalvas ou pela Rejeição das Contas.

Parágrafo 2º - A aprovação com ressalvas das contas implicará na obrigação do respectivo Conselho corrigir as ressalvas no período a ser estabelecido pelo CFESS, sob pena de rejeição das contas.

Parágrafo 3º - Para efeito de rejeição das contas, o CFESS deverá esgotar todos os procedimentos cabíveis e anteriores ao ato, determinando a realização de diligências, verificações e, se necessário, a contratação de assessoria e/ou auditoria independente, para subsidiar sua decisão.

Parágrafo 4º - A rejeição das contas implicará na imediata instauração de inquérito administrativo com designação de uma comissão, para apuração das responsabilidades, assim como o afastamento preventivo dos eventuais responsáveis, durante os trabalhos da Comissão de Inquérito.

Parágrafo 5º - A Comissão de Inquérito será indicada e nomeada através de Resolução pelo CFESS, sendo composta por 3(três) membros efetivos e 3(três) suplentes, todos assistentes sociais da base.

CAPÍTULO IV

DA CONTABILIDADE DO CFESS E DOS CRESS

Art. 62 - A contabilidade do Conselho Federal e dos Regionais de Serviço Social deve ser feita nos moldes da contabilidade Pública Federal:

I - A contabilidade dos Conselhos será realizada através das funções de orientação, controle, registro das atividades de administração financeira e patrimonial, compreendendo todos os atos e fatos relativos à gestão orçamentária-financeira e da guarda e administração dos bens dos Conselho Federal e Regionais;

II - Todo o ato de gestão financeira, que crie, modifique ou extinga direito ou obrigação de natureza pecuniária do Conselho, será realizado por meio de documento hábil que comprove o registrado na contabilidade, mediante classificação em conta adequada;

III - Os débitos e os créditos serão registrados com individualização do devedor ou do credor e especificação da natureza e importância;

IV - Toda e qualquer operação deve ser contabilizada, exclusivamente, com documento legal e contabilmente aceitável, em contabilidade pública;

V - Os documentos comprobatórios das operações devem ser, rigorosamente, arquivados em ordem cronológica;

- VI - O registro contábil só será feito após cuidadoso exame do documento;
- VII - A escrituração deve ser mantida rigorosamente em dia, com os registros contábeis processados diariamente, e as conciliações bancárias deverão ser feitas, mensalmente;
- VIII - Os documentos contábeis devem ser conservados em arquivo do respectivo Conselho, pelo prazo mínimo de 5(cinco) anos, a contar da data da aprovação da Prestação de Contas, findo o qual poderão ser incinerados mediante termo;
- IX - Os livros Diário e Razão deverão ser encadernados anualmente e arquivados pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos;
- X - Todo documento contábil, inclusive de suprimento de fundos, deve estar autorizado pelo ordenador de despesas;
- XI - A contabilidade manterá registros sintéticos dos bens móveis e imóveis;
- XII - O levantamento geral dos bens móveis e imóveis terá por base o inventário analítico de cada unidade administrativa e os elementos da escrituração sintética na contabilidade;
- XIII - O Conselho Federal estabelecerá o Plano de Contas único e a padronização dos registros contábeis para o conjunto CFESS/CRESS;
- XIV - O Exercício financeiro dos Conselhos Federal e Regionais encerra-se no dia 31 de dezembro de cada ano.

TÍTULO IV

DA RECEITA E DESPESA DO CFESS E DOS CRESS

CAPÍTULO I

DAS RECEITAS DO CFESS E DOS CRESS

Art. 63 - Compete à Tesouraria do Conselho Federal de Serviço Social, acompanhar as receitas devidas aos Conselhos pelas pessoas físicas e jurídicas, propondo ao Pleno a adoção de medidas e estratégias políticas, administrativas e legais que mantenham a sua capacidade de arrecadação.

Parágrafo único: Compete à Tesouraria do CRESS, acompanhar e fiscalizar a receita devida ao Regional pelas pessoas físicas e jurídicas, bem como o repasse da cota parte devida ao CFESS, propondo ao Conselho Pleno respectivo a adoção de medidas que mantenham a capacidade de arrecadação.

SEÇÃO I

DAS RENDAS

Art. 64 - Constitui receita do Conselho Federal de Serviço Social, nos termos do art. 19 da Lei 8.662/93:

- I - Contribuições, taxas, multas e emolumentos arrecadados pelos CRESS, em percentual a ser definido pelo fórum máximo de deliberação Encontro Nacional CFESS/CRESS;
- II - Rendas oriundas de mutações patrimoniais e locações de bens de qualquer natureza;
- III - Doações e legados;
- IV - Outras rendas.

Parágrafo 1º - O Conselho Pleno do CFESS deliberará sobre as medidas cabíveis, em caso de não cumprimento das disposições previstas, quanto aos procedimentos de repasse de cotas partes devidas pelos CRESS ao CFESS.

Parágrafo 2º - A receita do CFESS será aplicada de acordo com o Orçamento de cada exercício.

Art. 65 - Constitui receita dos Conselhos Regionais de Serviço Social:

- I - Contribuição, taxas, multas e emolumentos arrecadados e outros, recebidas de pessoas físicas e jurídicas sob sua jurisdição;
- II - Rendas oriundas de mutações patrimoniais e locações de bens de qualquer natureza;
- III - Doações e legados;
- IV - Outras rendas.

Parágrafo 1º - Os parâmetros máximo e mínimo das anuidades, bem como as taxas, multas e outros a serem cobrados pelos CRESS, serão fixados no Encontro Nacional CFESS/CRESS.

Parágrafo 2º - Caberá à Assembléia da Categoria, convocada por cada regional, fixar o valor das anuidades que devem ser pagas pelas pessoas físicas e jurídicas inscritas na jurisdição do CRESS, no próximo exercício, bem como formas de pagamentos e descontos, respeitados os parâmetros máximo e mínimo definidos pelo Encontro Nacional CFESS/CRESS.

Parágrafo 3º - A cobrança de anuidades, taxas e emolumentos é feita pelo sistema de cobrança compartilhada, a fim de assegurar o recebimento simultâneo dos percentuais pelo Conselho Federal de Serviço Social.

Parágrafo 4º - Fica vedado o recebimento de anuidades, taxas e multas na sede dos Conselhos Regionais de Serviço Social, devendo ser realizada, exclusivamente, por via bancária.

Art. 66 - As aplicações financeiras devem ser realizadas nos Banco Oficiais, sendo permitida aplicação em Títulos do Tesouro Nacional e/ou Caderneta de Poupança.

Art. 67 - Os Conselhos Regionais de Serviço Social ficam obrigados a cobrar e executar as contribuições devidas por pessoas físicas ou jurídicas, inscritas em seus quadros.

Parágrafo único - Os débitos não quitados serão inscritos, obrigatoriamente, na Dívida Ativa dos Conselhos Regionais, considerando-se título executivo extrajudicial a certidão respectiva, relativa aos créditos decorrentes.

CAPÍTULO II

DAS DESPESAS DOS CONSELHOS FEDERAL E REGIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL

Art. 68 - Nenhuma despesa poderá ser realizada sem a existência de crédito que a comporte ou quando imputada a dotação imprópria.

Parágrafo 1º - Mediante cientificação do órgão contábil ou de terceiros, o Conselho Fiscal poderá impugnar quaisquer atos referentes às despesas que incidam na proibição do presente artigo.

Parágrafo 2º - O acompanhamento da execução da despesa será feito pela Tesouraria e Assessoria Contábil, mediante classificação em conta adequada respondendo estes pela ação ou omissão.

Art. 69 - A renda dos Conselhos Federal e Regionais deve ser aplicada na organização e funcionamento administrativo dos mesmos, nos serviços de prevenção, orientação e fiscalização do exercício profissional do assistente social; na capacitação técnica e política dos membros dos Conselhos e Categoria; na promoção do Serviço Social como profissão, na defesa das Políticas Públicas e dos Direitos Sociais e em todos os serviços e frentes que concorram para elevar qualitativamente os padrões de vida da população e do saber profissional.

Art. 70 - A realização de despesas será normatizada, através de Resolução do Conselho Federal de Serviço Social, sendo vedado:

- a) - Pagamento antecipado de qualquer despesa e sem a devida comprovação desta, através de recibo ou nota fiscal;
- b) - Comprovante de despesa, emitido posteriormente ao pagamento;
- c) - Emissão de cheques ao portador ou diferente do destinatário constante no documento contábil;
- d) - Emissão de cheque para pagamento de duas ou mais despesas, salvo para pagamento de folha de pessoal, via conta bancária.

Parágrafo 1º - Todas as realizações de despesas deverão ser efetuadas mediante contrato formalizado, exceto nos casos que serão objeto de previsão, através de resolução específica, a ser expedida pelo CFESS.

Parágrafo 2º - Todo comprovante de despesa deve estar acompanhado da cópia do cheque.

Parágrafo 3º - O pagamento de prestadores de serviços autônomos deverá ser feito por documento de Recibo de Pagamento de Autônomo (RPA), devendo ser descontado os respectivos impostos e taxas previstos em Lei.

Art. 71 - O Conselho Federal e Regionais podem realizar seguro de vida e saúde para diretores, conselheiros, assessores e colaboradores, quando em deslocamento a serviço, em conformidade com a disponibilidade financeira.

Parágrafo 1º - Poderá, também, ser realizado seguro de bens móveis e imóveis dos Conselhos Federal e Regionais.

Parágrafo 2º - Os Conselhos poderão contratar seguro saúde para os funcionários, e, seguro de vida quando em deslocamento a serviço.

Art. 72 - É vedado empenhar, nos últimos 3 (três) meses do mandato, mais do que o duodécimo de despesas previstas no orçamento vigente, por mês.

Parágrafo único: Fica vedado, no mesmo período, assumir, por qualquer forma, compromisso financeiro para execução depois do término do mandato, salvo despesas já orçadas.

Art. 73 - A concessão de auxílio, doação, empréstimo, cessão ou qualquer modalidade de transferência de receita, entre Conselhos Federal e Regionais ou para entidades afins ao Serviço Social, deverá obedecer as normas previstas neste estatuto e aquelas que serão fixadas pelo Conselho Federal de Serviço Social, mediante Resolução.

CAPÍTULO III

DO PATRIMÔNIO DOS CONSELHOS FEDERAL E REGIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL

Art. 74 - Ficam incorporados ao Conselho Federal e Regionais de Serviço Social os bens e valores adquiridos até 10 de outubro de 1997, pelos respectivos Conselhos.

Parágrafo único - O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Serviço Social, por constituírem serviço público, gozam de imunidade tributária total em relação aos seus bens, valores, rendas e serviços, em conformidade com o previsto pelo § 6º da Lei 9649/98.

Art. 75 - O Conselho Federal e os Conselhos Regionais nomearão, respectivamente, uma Comissão de Patrimônio a quem incumbirá a organização, registro e catalogação do patrimônio de cada Conselho.

TÍTULO V

DO PROCESSO DE AUDITORIA, COMISSÃO DE INQUÉRITO E DA INTERVENÇÃO NOS CONSELHOS FEDERAL E REGIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL

CAPÍTULO I

DA AUDITORIA

Art. 76 - O Conselho Fiscal do CFESS poderá solicitar ao Conselho Pleno do Órgão a contratação de auditoria independente para controle e verificação das atividades Contábeis, Financeiras e Administrativas no âmbito dos Conselhos Regionais de Serviço Social.

Art. 77 - A Comissão Especial do CFESS poderá determinar a contratação de realização de auditoria ou assessoria independente para controle e verificação das atividades contábeis, financeiras e administrativas no âmbito do Conselho Federal de Serviço Social.

Parágrafo único: O Conselho Fiscal ou qualquer Conselheiro do CFESS poderão solicitar a realização de auditoria independente no Conselho Federal, mediante justificativa e aprovação do Conselho Pleno.

Art. 78 - Os custos decorrentes das auditorias de que tratam os arts. 76 e 77 deste Estatuto serão sempre arcados pelo CFESS.

Art. 79 - A determinação de auditoria independente pela Comissão Especial ou sua solicitação pelo Conselho Fiscal do CFESS ou por conselheiros deverão, sempre, ser justificadas por escrito, apresentando a necessidade de sua realização, face aos indícios de irregularidades administrativas e/ou financeiras e/ou contábeis, constatados no âmbito do CFESS ou dos CRESS, e após esgotadas as providências e diligências disponíveis no âmbito interno.

Art. 80 - O Conselho Fiscal do CRESS poderá, também, solicitar ao Conselho Pleno do órgão respectivo a contratação de auditoria independente para controle e verificação das atividades desenvolvidas pelas Delegacias Seccionais de seu âmbito de jurisdição.

Parágrafo único: Os custos decorrentes da auditoria nas Delegacias Seccionais serão arcados pelo CRESS respectivo, após o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo artigo 80 do presente Estatuto.

CAPÍTULO II

DA INTERVENÇÃO

Art. 81 - O Conselho Federal de Serviço Social poderá intervir nos Conselhos Regionais de Serviço Social, por deliberação do Conselho Pleno do CFESS, em casos de irregularidades graves para:

- I - Assegurar o cumprimento das Leis, Código de Ética, deste Estatuto, dos Regulamentos e Resoluções;
- II - Assegurar o cumprimento de decisões judiciais;
- III - Restabelecer a normalidade administrativa e/ou financeira e a lisura de atos administrativos e financeiros praticados pelos CRESS, uma vez comprovada a existência de irregularidade;
- IV - Sanar desequilíbrio financeiro grave, insolvência ou má gestão dos recursos.

Parágrafo 1º - A intervenção deverá ser por prazo determinado, a ser definido no Conselho Pleno do CFESS, e regulamentada através de Resolução.

Parágrafo 2º - Considerar-se-á grave irregularidade administrativa ou financeira, dentre outros, o não cumprimento pelos gestores do disposto nos incisos I a IV do “caput” do presente artigo.

Parágrafo 3º - Será publicizada, por meios eficazes, a decisão de intervenção, junto a categoria do CRESS respectivo.

Art. 82 - A intervenção nos Conselhos Regionais implicará o afastamento temporário dos membros da Diretoria e/ou Conselheiros responsáveis pelas irregularidades.

Parágrafo único: A ocupação temporária dos cargos vacantes será feita em conformidade com o previsto pelo artigo 42 do presente Estatuto.

Art. 83 - Será designado pelo Conselho Pleno do CFESS uma Comissão Interventora, composta de 3 (três) Conselheiros Federais, que orientarão os atos do Regional, visando sanar as irregularidades e o restabelecimento da normalidade administrativa e/ou financeira.

Parágrafo 1º - A Comissão Interventora deverá proceder ao levantamento e avaliação da situação do CRESS, apresentando ao Conselho Pleno do CFESS um relatório circunstanciado sobre tal situação, bem como soluções, alternativas e procedimentos para saneamento das irregularidades.

Parágrafo 2º - Fica sob a responsabilidade do CRESS fornecer esclarecimentos, dados, documentos, informações e outros à Comissão Interventora, de forma a subsidiar o levantamento e avaliação da situação.

Parágrafo 3º - O relatório da Comissão deverá ser submetido à apreciação e aprovação do Conselho Pleno do CFESS, e, após, encaminhada cópia ao Regional, para conhecimento dos Conselheiros em exercício e para os afastados.

Parágrafo 4º - Os Conselheiros do CRESS em exercício deverão seguir e cumprir as determinações constantes ao Relatório da Comissão Interventora do CFESS, quanto à gestão administrativa e financeira do Regional.

Parágrafo 5º - Sem o prejuízo do previsto no parágrafo 3º, os membros da Comissão Interventora, se necessário, poderão praticar atos administrativos e financeiros no âmbito do CRESS, com vistas a sanar as irregularidades ou da má gestão administrativa e/ou financeira.

Art. 84 - Concluída a intervenção, os Conselheiros afastados poderão reassumir seus cargos, caso seja constatado que não são responsáveis pelas irregularidades ou mesmo quando tratar-se de intervenção que não envolva a probidade administrativa.

Parágrafo único: Constatada responsabilidade por culpa ou por dolo dos Conselheiros afastados, será imediatamente instaurado inquérito administrativo, com a designação de comissão para apuração de irregularidades, assim como a

prorrogação do afastamento dos eventuais responsáveis, durante os trabalhos da Comissão de Inquérito.

CAPÍTULO III

DA SINDICÂNCIA OU DO INQUÉRITO ADMINISTRATIVO

Art. 85 - A instauração de Sindicância Administrativa será determinada por decisão do Conselho Pleno do CFESS ou do CRESS, conforme o caso, para elucidação de fatos irregulares em seu âmbito interno, com o objetivo da verificação de indícios de autoria em relação a envolvimento de funcionários, assessores, conselheiros, membros de Delegacias e Comissões.

Parágrafo único: Será designada pelo Conselho Pleno uma Comissão, composta por 3 (três) membros, para elucidação preliminar dos fatos irregulares, devendo a Comissão de Sindicância determinar diligências necessárias, tomada de depoimentos, juntada de documentos e outros.

Art. 86 - Havendo indícios quanto à autoria do fato irregular, colhidos através da sindicância, será determinada a imediata instauração de inquérito administrativo pelo Conselho Pleno do órgão federal ou regional, oportunidade em que designará uma Comissão de Inquérito composta por 3(três) membros, com prazo para término de seus trabalhos e apresentação do relatório conclusivo.

Parágrafo 1º - A instauração do inquérito administrativo será consubstanciada em Portaria a ser expedida pelo Presidente do CFESS ou CRESS, descrevendo os fatos irregulares circunstanciadamente, de modo a delimitar o objeto da apuração e a permitir a plenitude de defesa.

Parágrafo 2º - Ao acusado será garantido seu pleno direito de defesa, compreendendo a notificação para apresentação de defesa escrita e ciência da acusação; vista dos autos na repartição; e oportunidade de oferecimento de provas;

Parágrafo 3º - A Comissão de Inquérito, no curso da instrução, poderá determinar diligência, depoimento de testemunhas, juntada de documentos e outros, dando ciência ao acusado e possibilitando a participação deste em todos os atos processuais praticados.

Parágrafo 4º - Concluída a instrução, o acusado será notificado para apresentação de suas alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias.

Parágrafo 5º - A Comissão deverá apresentar relatório, contendo a síntese do processo, com apreciação das provas, dos fatos apurados, do direito

debatido e proposta conclusiva, inclusive, em relação a penalidade a ser aplicada, caso entenda procedente o processo administrativo.

Parágrafo 6º - O relatório da Comissão de Inquérito será submetido à apreciação e decisão do Conselho Pleno do CFESS ou do CRESS.

Art. 87 - Havendo indícios de que o fato apurado no âmbito administrativo poderá vir se caracterizar como crime ou contravenção, caberá ao CFESS ou CRESS, tomar as medidas cabíveis, noticiando o fato à autoridade policial competente para apuração da responsabilidade criminal, sem prejuízo da instauração do inquérito administrativo e das medidas cíveis eventualmente cabíveis.

Art. 88 - Comprovada a participação, envolvimento, responsabilidade de funcionários, assessores, conselheiros, membros de Delegacias e Comissões em irregularidades, o Conselho Pleno do CRESS ou CFESS, poderá determinar a aplicação de penalidades, previstas no título VI, art. 88 a 91, deste Estatuto.

Parágrafo único: Serão aplicadas aos funcionários as penalidades previstas pela CLT.

TÍTULO VI

DAS PENAS

Art. 89 - O descumprimento das normas e prazos estabelecidas no presente Estatuto; na Lei 8.662/93 e nas demais Resoluções instituídas pelo CFESS, bem como a prática de qualquer irregularidade, implicará a aplicação das seguintes penalidades ao responsável pelo ato ou omissão:

- I - Advertência reservada;
- II - Multa;
- III - Perda de mandato ou destituição de cargo nomeado ou rescisão de contrato.

Parágrafo 1º - As penalidades especificadas nos incisos I e II se aplicam aos Conselheiros, Assessores e membros de Comissões e de Delegacias, nos limites das atribuições que lhes são delegadas.

Parágrafo 2º - A perda de mandato se aplica a Conselheiros e membros de Delegacias; a destituição de cargo nomeado aos membros de Comissões que não sejam conselheiros e a rescisão de contrato aos assessores contratados.

Parágrafo 3º - As penalidades serão sempre aplicadas aos responsáveis pelo descumprimento de normas ou pela prática de irregularidades, após a devida apuração em inquérito administrativo.

Parágrafo 4º - Os ordenadores de despesas responderão, sempre, pelas atribuições atinentes ao seus cargos.

Parágrafo 5º - Independentemente da aplicação de uma das sanções administrativas, previstas pelos incisos do presente artigo, poderão ser apuradas as responsabilidades civis e criminais, perante os juízos competente.

Art. 90 - A advertência reservada será confidencial, tornando-se pública, caso não seja encontrado o penalizado ou este, após duas convocações, não comparecer no prazo fixado para receber a penalidade.

Art. 91 - A pena de multa será fixada pelo Conselho Pleno do CFESS ou dos CRESS no valor de meia a duas anuidades vigentes.

Parágrafo 1º: Na aplicação da pena de multa aos Conselheiros do CFESS será adotado o valor da anuidade vigente no CRESS do Distrito Federal.

Parágrafo 2º - A pena de multa, ainda que o penalizado compareça para tomar conhecimento da decisão, será tornada pública, se não for devidamente quitada no prazo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo da cobrança judicial.

Art. 92 - Sem prejuízo da penalidade a ser aplicada ao ordenador de despesas ou ao responsável por irregularidades ou pelo descumprimento das normas previstas pelo Título III e IV de que tratam dos “Procedimentos Contábeis e Financeiros e da Receita e Despesa”, ficará vedado ao Conselho Regional de Serviço Social respectivo, o acesso ao recurso do CFESS, destinado ao “Fundo de Apoio e Investimentos para os CRESS”, bem como qualquer tipo de empréstimo ou repasse de recursos.

Parágrafo único: Independentemente da correção da irregularidade ou do atendimento, fora de prazo, da determinação do CFESS, o Conselho Regional perderá o direito ao recebimento do fundo, empréstimo ou qualquer recurso daquele exercício.

Art. 93 - A vedação de que trata o “caput” do artigo 92 só será aplicada ao CRESS, após o cumprimento dos seguintes procedimentos:

I - Notificação para apresentar justificativas do descumprimento das determinações estatutárias ou de irregularidades;

II - A não apresentação de justificativas ou a apresentação sem acatamento pelo CFESS, ensejarão a aplicação da norma prevista no artigo 92 do presente estatuto.

Parágrafo Único: A critério do Conselho Pleno e do Conselho Fiscal do CFESS, poderá ser realizada uma verificação “in loco” nas atividades desenvolvidas pelo CRESS, relativa à irregularidade.

TÍTULO VII

DA PERDA DO MANDATO

Art. 94 - A perda de mandato de Conselheiro Federal ou Regional ou dos membros das Delegacias Seccionais ocorrerá em virtude de:

- I - Eleito não comparecer à posse, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado até 30 (trinta) dias, após a posse dos demais eleitos;
- II - Morte;
- III - Renúncia;
- IV - Superveniência de causa de que resulte a inabilitação para o exercício da profissão;
- V - Ausência a mais de 3 (três) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) alternadas no período de 1 (um) ano, sem motivo justificado;
- VI - Não cumprimento das determinações emanadas deste Estatuto, ao Regimento Interno, das Resoluções e do Conselho Pleno do CFESS e dos CRESS, ou prática de ato irregular ou de improbidade administrativa, após conclusão de inquérito administrativo.

Parágrafo único: Havendo perda do mandato, as substituições se farão em conformidade com o estabelecido pelo art. 42 do presente Estatuto.

TÍTULO VIII

DAS RESPONSABILIDADES DOS CONSELHEIROS, ASSESSORES, FUNCIONÁRIOS E PRESTADORES DE SERVIÇOS

Art. 95 - Os Conselheiros, Assessores, Funcionários e prestadores de serviços são responsáveis pelos atos que praticarem e pela omissão de ato previsto, no limite de suas atribuições e responsabilidades, não podendo alegar desconhecimento da Lei, do presente Estatuto, do Regimento Interno e das Resoluções do Conselho Federal de Serviço Social.

Parágrafo único: A constatação de eventuais irregularidades administrativas deverá ser comunicada ao presidente do conselho.

TÍTULO IX

DOS PROCESSOS E RECURSOS

Art. 96 - Os processos que tramitam perante os Conselhos Regionais de Serviço Social são processos administrativos, devendo sempre ser garantido o amplo e irrestrito direito de defesa aos envolvidos, independentemente, da sua natureza e espécie.

Parágrafo único: Os processos disciplinares éticos são regulados pelo Código Processual de Ética, instituído através de Resolução do CFESS, devendo os procedimentos ali prescritos serem rigorosamente cumpridos pelos CFESS, CRESS e Comissão Permanente de Ética e de Instrução.

Art. 97 - De toda decisão do Conselho Pleno do Conselho Regional de Serviço Social, cabe recurso ao Conselho Federal, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do conhecimento inequívoco ou da publicação da decisão, salvo nos casos de procedimentos específicos.

Parágrafo 1º - Os recursos terão efeito suspensivo, exceto nas hipóteses previstas expressamente.

Parágrafo 2º - A decisão do Conselho Pleno do CFESS possui caráter terminativo no âmbito administrativo.

Parágrafo 3º O recurso será dirigido ao órgão julgador superior (CFESS), embora interposto perante a autoridade ou órgão de 1ª Instância administrativa (CRESS).

Art. 98 - Cabe pedido de reconsideração, sem efeito suspensivo, da decisão do Conselho Pleno do CFESS, quando houver fato novo, exceto em relação aos processos disciplinares éticos.

Parágrafo único: Excepcionalmente, o Presidente do CFESS poderá, após parecer fundamentado da assessoria jurídica, receber o pedido de reconsideração no efeito suspensivo, devendo submeter a decisão à primeira sessão do Conselho Pleno que houver.

TÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 99 - Ficam convalidadas todas as Resoluções, Portarias, Atos praticados até a data de entrada em vigor do presente Estatuto, permanecendo em vigor aquelas que não colidirem com o mesmo e com a legislação em vigor.

Art. 100 - A matéria relativa à aquisição de bens e contratação de serviços em geral será regulamentada através de Resolução editada pelo Conselho Federal de Serviço Social.

Art. 101 - As decisões praticadas pelo Presidente ou pela Diretoria “ad referendum” surtem efeitos imediatos e deverão ser submetidas ao Conselho Pleno na primeira sessão que houver.

Parágrafo único: Os efeitos dos atos praticados “ad referendum” cessam a partir do momento em que for reformado ou revogado pelo Conselho Pleno.

Art. 102 - As Resoluções constituem Atos Normativos e privativos do Conselho Federal de Serviço Social, o qual poderá fazer uso de outros Atos Administrativos.

Parágrafo Único: Os CRESS só poderão expedir Resolução, em seu âmbito de jurisdição, sobre matérias relativas a atos administrativos a serem ou praticados e desde que no âmbito de sua competência e atribuições.

Art. 103 - Sendo os Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social criados por lei, sua extinção somente poderá ocorrer por Lei Federal.

Art. 104 - Compete à Justiça Federal a apreciação das controvérsias que envolvam os Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social, quando no exercício das atividades e funções a eles delegados, conforme disposto no art. 58 e § 8º da Lei 9649/98.

Art. 105 - Os empregados dos Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social são regidos pela Legislação Trabalhista.

Art. 106 – Até a posse dos novos membros eleitos, que se dará em maio de 1999, em decorrência da realização de eleições para renovação da gestão, o Conselho Federal de Serviço Social manterá sua composição, estabelecida pela Lei 8.662/93, contando com 9 (nove) membros efetivos e 9 (nove) suplentes.

Art. 107 - Este Estatuto somente poderá ser alterado por decisão do Encontro Nacional CFESS/CRESS, pelo voto favorável de 2/3 (dois terços) de delegados.

Art. 108 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Federal de Serviço Social.

Art. 109 - Este Estatuto entra em vigor na data da publicação de suas alterações.

Brasília, 24 de novembro de 1998.

VALDETE DE BARROS MARTINS
PRESIDENTE DO CFESS